

COMÉRCIO, AJUDA E DESENVOLVIMENTO

MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

Até recentemente o cenário internacional era quase que exclusivamente dominado pelo conflito ideológico e político Este-Oeste. O significado da recente conferência das Nações Unidas sobre o comércio e desenvolvimento só pode ser compreendido se a situarmos dentro de uma perspectiva inteiramente nova, em que aquele conflito cede lugar ao confronto Norte-Sul. Pela primeira vez numa grande reunião internacional os países subdesenvolvidos, sem exceção, formaram fileiras em torno de uma plataforma comum, atuando como um verdadeiro "sindicato internacional". Esta unidade dos chamados "75", o reconhecimento do primado do desenvolvimento nas relações econômicas internacionais e a introdução do conceito de justiça como princípio ordenador das mesmas, são as três idéias-fôrça surgidas da Conferência e que devem fermentar o meio econômico mundial nas próximas décadas.

“**P**OBRES do mundo, uni-vos!” É esta paráfrase da famosa exortação final do Manifesto Comunista de 1848 que o *Economist* de Londres usa para manchete de primeira página de seu comentário sobre a Conferência de Comércio e Desenvolvimento, das Nações Unidas, realizada em Genebra de 23 de março a 16 de junho do corrente ano. E explica que o principal fenômeno ocorrido por ocasião da Conferência foi o fato de o grupo dos setenta e cinco países subdesenvolvidos ter conseguido transformar um fracasso virtual em uma grande vitória política: a sua unidade.

E comenta: "Por uma demonstração sem precedentes de unidade diplomática os setenta e sete (os setenta e cinco países subdesenvolvidos assinantes da declaração de Nova York e mais dois que se juntaram ao bloco em Genebra) transformaram-na (a Conferência) em uma confrontação Norte-Sul, produzindo um impacto sem proporção com os resultados materiais alcançados. As conseqüências poderão ser incalculáveis". Mais adiante, continua: "a própria natureza do grupo sugere que aspiram a resultados práticos: sem o Japão não é grupo basicamente racial e sem Cuba tampouco ideológico". E conclui: "por muitos anos, a luta internacional de classes não passou de uma mera palavra, e pouco mais. Agora a concentração dos setenta e sete num grande sindicato internacional para pressionar os plutocratas setentrionais pode provar-se tão importante historicamente quanto o foi o início do sindicalismo na Grã-Bretanha há 130 anos".

FALTA DE COESÃO DOS BLOCOS ESTE E OESTE

A Conferência de Comércio veio a ser assim a primeira grande reunião internacional na qual a tensão Norte-Sul foi dominante, relegando a segundo plano o conflito Este-Oeste, que até então costumava caracterizar as mais importantes assembléias mundiais. De fato, assistiu-se raramente em Genebra a um confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos, enquanto, não poucas vezes, se pressionou ambos unidos em oposição comum às plataformas dos países subdesenvolvidos, entre os quais se contavam muitos de seus tradicionais aliados políticos. As negociações eram geralmente conduzidas por blocos em que os subdesenvolvidos se defrontavam alternadamente com o bloco socialista, que manteve posição ambígua, e com o grupo dos países ocidentais desenvolvidos. Só esporadicamente, e em geral em assuntos de somenos importância, é que a União Soviética ou os Estados Unidos se identificavam com as aspirações dos subdesenvolvidos, tentando atraí-los para sua clientela.

As grandes teses que se defrontaram na Conferência ou opunham desenvolvidos a subdesenvolvidos, ou então refletiam a falta de coesão dentro dos dois blocos Este e Oeste.

Como exemplo, basta referir ao confronto entre o neomercantilismo francês incorporado na tese da "organização dos mercados" e o neoliberalismo anglo-saxônico inerente à tese da liberalização dos mercados de produtos primários, a ser gradualmente atingida através de negociações no seio do GATT, por ocasião do chamado "KENNEDY-round" e em oportunidades posteriores.

Genebra representou, assim, marco decisivo no processo de superação da era caracterizada, politicamente, por tensa estrutura bipolar de poder e, economicamente, pela tarefa de reconstrução ou reconvenção não só da economia interna dos países industrializados, senão também da economia mundial como um todo — ambas abaladas profundamente pelos dois golpes que sobre elas se abateram com curto intervalo: a depressão de 1929/30 e a segunda guerra mundial. Nesse período as relações Norte-Sul tiveram papel meramente residual e mesmo os programas de ajuda econômica — ao menos até o advento do "Kennedismo" — eram meros caudatórios daqueles processos prioritários em que eram usados, nas palavras de MORGENTHAU, como "armas no arsenal político" de seus patrocinadores.

ANTECEDENTES

O estabelecimento dessa hierarquia de preocupações era compreensível, em face, de um lado, das tensões políticas entre os dois pólos de poder e, de outro, do estado caótico a que haviam chegado as relações econômicas internacionais. E se a guerra contribuiu de certa maneira para a superação dos efeitos depressivos da crise de 1929, essa prosperidade era baseada numa economia armamentista, que teria de ser "reconvertida" após a guerra, e tinha como contrapartida enorme destruição de capital físico e humano.

Travou-se, então, uma batalha em torno de duas concepções de como reordenar a estrutura econômica do mundo. Uma representaria a extensão à mesma das teorias de KEYNES, que haviam sido testadas na luta contra a recessão, e a outra era a expressão de um liberalismo ainda pré-rooseveltiano. A primeira tese tinha como criador o próprio KEYNES, que preparou o plano com que a Grã-Bretanha contribuiu para o debate do tema. Apresentou programa

arrojado que antecedeu de muitos anos a evolução do pensamento mundial sobre as relações econômicas internacionais, pelo que vale a pena enunciar suas principais características. KEYNES julgava necessário que a reordenação dessas relações abarcasse os seguintes problemas: a) moeda e câmbio, que seriam regidos pela "International Clearing Union", organismo que, por analogia com o papel exercido no plano nacional pelos bancos centrais, seria capaz de criar novos meios internacionais de pagamento; b) estrutura e princípios de política comercial, a serem determinados por uma Junta Econômica Internacional; c) organização ordenada da produção, distribuição e dos preços dos produtos primários, que compreenderia um "Esquema de Controle de Produtos Básicos" e o financiamento de *buffer-stocks* e, finalmente, d) ajuda econômica para o desenvolvimento a médio e a longo prazo, e que seria objeto de uma Junta Internacional de Investimentos.

A outra concepção foi incorporada no plano WHITE, propugnado pelos Estados Unidos que, paradoxalmente, relutavam em estender a política tão vitoriosamente implantada internamente às relações econômicas internacionais. Assim o *New Deal* permaneceu produto para exclusivo consumo interno e sua exportação ou extrapolação para o cenário internacional só viria a ser tentada muito mais tarde, na era da "Nova Fronteira", e ainda se encontra em estado incipiente. Basta referir a reticência do Congresso norte-americano, que até hoje não aprovou a legislação implementadora do Convênio Internacional do Café, embora os esquemas internos de estabilização de preços agrícolas já contem mais de trinta anos.

Após prolongadas negociações em Bretton Woods e em outros foros, chegou-se a uma fórmula que, embora de conciliação, refletia sobretudo as idéias de WHITE e pela qual a reconstrução da economia mundial teria como base institucional três pilares: o Fundo Monetário Internacional, encarregado dos problemas monetários internacionais e dos problemas de financiamento a curto prazo dos desequilíbrios passageiros de balanço de pagamentos; o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, órgão-chave para o financiamento a longo prazo; e, finalmente, a Orga-

nização Internacional de Comércio, esta natimorta em 1947, pois o instrumento que lhe daria existência, a Carta de Havana, não logrou ratificação por parte dos países industrializados, repetindo em escala menor o malôgro da Carta da Liga das Nações, rejeitada esta pelo Congresso norte-americano.

Na prática, o Fundo e o Banco, assim como o Acôrdio Internacional de Comércio e Tarifas (GATT), que só parcialmente veio preencher o vácuo deixado pela não aprovação da Organização Internacional de Comércio, concentraram sua atenção na solução dos problemas de reconstrução das economias nacionais e da economia mundial em moldes neoclássicos e só ultimamente têm mostrado real interesse para os problemas de desenvolvimento. Assim, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional empenhou-se numa luta sem quartel contra todo tipo de restrições cambiais, de acôrdos bilaterais e todos os outros fenômenos que prejudicavam a hegemonia do neopadrão-ouro ou a livre conversibilidade. O Banco, por sua vez, só recentemente se afastou dos padrões clássicos e rigidamente bancários para adotar uma mentalidade mais consentânea com o objetivo final do desenvolvimento. Esta mudança de orientação resultou em grande parte da liderança esclarecida de GEORGE WOODS, que substituiu o conservador EUGENE BLACK na presidência da instituição. Em suas palavras, *the approaches and solutions wich have served the Bank well in the past as it sought to meet the needs of its members are no longer fully adequate or appropriate*.

Assim, enquanto os países industrializados praticavam internamente formas mais ou menos avançadas de keynesianismo, só a contragosto é que toleravam a intervenção do Estado nos países subdesenvolvidos, enquanto que no comércio mundial pròpriamente não admitiam outra filosofia senão o *laissez-faire*.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE JUSTIÇA

É natural que sejam os países desenvolvidos os que vêm clamando pela institucionalização do conceito de justiça no âmbito das relações econômicas internacionais. Tem sido fenômeno universal na história do homem que as idéias

de justiça e direito sejam propugnadas pelos fracos e oprimidos e não pelos fortes e opulentos. Assim, por exemplo, as noções de *diké* e de *nomos* foram aspirações das classes mais humildes na Grécia, tendo surgido na época pós-homérica com HESÍODO e os Órficos, quando, em meio a aguda crise social, as classes menos favorecidas começaram a revoltar-se em nome dos incipientes princípios de justiça e direito contra a hegemonia da aristocracia heróica cantada por HOMERO e sobretudo contra a sua ética da força.

Agora também se repete, em escala mundial, o mesmo fenômeno. A tônica da Conferência foi êsse grito pela justiça, essa aspiração que, nas palavras do Chefe da Delegação da Santa Sé, o reverendo PE. LEBRET, visa a reordenar "as trocas internacionais à luz dos princípios da ética internacional e das exigências elementares da equidade". E LEBRET explicitou: "os países mais desenvolvidos e mais ricos devem aqui tomar consciência de suas responsabilidades particulares: êles têm de fazer face, em matéria de trocas comerciais com o terceiro mundo (*tiers monde*), a uma estrita obrigação de solidariedade e justiça".

A aplicação do princípio de justiça não se restringe às relações comerciais entre países, mas deve também abranger os programas de cooperação econômica. Trata-se de outra categoria de justiça, não mais simplesmente comutativa, mas sim distributiva. Nos programas de ajuda externa esta deve tomar o lugar tanto da caridade condescendente quanto do mero cálculo político, a fim de que "o espírito de fraternidade substitua o paternalismo".¹

BALANÇO DOS TRABALHOS DE GENEBRA

Dentro da perspectiva delineada acima tentaremos fazer um balanço dos trabalhos da Conferência. Para que o mesmo tenha um mínimo de ordenação, é útil lembrar que a Conferência realizou a maior parte de seu trabalho substantivo através de cinco comissões: a primeira encarregada do estudo do comércio de produtos de base; a segunda dedicada ao problema da exportação de manufaturas e semi-

¹ PAULO VI, Mensagem de Natal, 1963.

manufaturas pelos países subdesenvolvidos e conseqüentemente ao problema da industrialização em geral; a terceira que tratou dos itens do balanço de pagamentos chamados invisíveis, mas nem por isso menos relevantes (frete marítimos e aéreos, despesas de seguro, remessas de remuneração do capital e da tecnologia, turismo etc.), assim como dos movimentos de capital, público e privado; a quarta dedicada a problemas institucionais, como a revisão do GATT e dos outros organismos existentes e a criação de novo foro permanente para a discussão e análise dos problemas interligados do comércio e desenvolvimento; e finalmente a quinta comissão, que estudou as tendências do comércio internacional, o problema dos agrupamentos econômicos regionais e o estabelecimento de novos princípios gerais que deveriam doravante reger o comércio internacional, à luz do objetivo central do desenvolvimento.

A matéria afeta ao primeiro Comitê abrangia três temas principais: a) programa geral de acesso para produtos de base; b) programa geral de Convênios, e c) outras medidas tendentes à estabilização e expansão das receitas das exportações de produtos primários.

Quanto ao primeiro item havia certa ambigüidade de posições: os países subdesenvolvidos reivindicavam dos países desenvolvidos que pusessem em prática a sua própria doutrina liberalista, enquanto que êstes procuravam manter abertas as numerosas exceções à regra e esquivar-se de quaisquer compromissos firmes — sobretudo os que envolvessem o estabelecimento de datas-limite para remoção de barreiras —, ao mesmo tempo em que continuavam a professar, em tese, sua fé na doutrina liberalista. Entretanto, havia uma profunda divisão de pontos-de-vista entre os próprios países desenvolvidos ocidentais. Enquanto a Inglaterra e os Estados Unidos ressaltavam as virtudes da tese da liberalização (embora os americanos o fizessem com inúmeras reservas, para defender seus próprios esquemas internos de proteção à agricultura), a França — fiel ao seu passado mercantilista — propugnava esquema ambicioso, mas ainda insuficientemente formulado de "organização de mercados".

Quanto aos acórdos de produtos de base, a divergência de opiniões residia no fato de os países industrializados defenderem uma concepção estática e parcial, que só abrangeia reduzido número de produtos, enquanto os subdesenvolvidos propugnavam uma solução mais ampla e mais dinâmica; esta englobaria todos os produtos básicos relevantes para os países subdesenvolvidos e objetivaria não só a estabilização das receitas da exportação, como também sua expansão, quer através do aumento de volume, quer através da elevação de preços, quando êstes estivessem abaixo de um preço mínimo ou de um nível de paridade.

Os países desenvolvidos do bloco soviético, por sua vez (com exceção da Rumânia, que se alinhou com os países subdesenvolvidos), mantiveram-se em posição marginal no debate, alegando que as regras do jogo do comércio internacional, inclusive as de fixação de preços, fugiam inteiramente a sua responsabilidade e que suas importações eram ditadas por suas necessidades e planos; assim, não caberia a aplicação aos mesmos quer de medidas visando ao maior acesso, como o abaixamento de tarifas ou mesmo de preços internos (já que êstes eram fixados em função das metas de consumo e não *vice versa*), quer de preferências gerais em favor dos subdesenvolvidos. Estavam prontos, entretanto, a comprometer-se a um programa mínimo de importação, que, embora modesto, tinha a vantagem de representar compromisso firme.

As divergências entre os próprios países ocidentais industrializados veio tornar ainda mais difícil qualquer negociação prática com os "75" reunidos em tórno de um programa comum. Apercebendo-se do impasse, os subdesenvolvidos compreenderam com acertado realismo que o seu principal interesse era resguardar a possibilidade da continuação do debate em um fôro permanente apropriado, cuja criação os países industrializados passaram a condicionar à solução das divergências surgidas nas Comissões I e II.

Foi assim para salvar a idéia do mecanismo permanente que os subdesenvolvidos acabaram, afinal, por concordar em uma solução conciliatória, que retirava às resoluções da I Comissão a maior parte de sua força operativa, transformando-as em sugestões ou listas exemplificativas de medi-

das suscetíveis de adoção pelos países industrializados. Mesmo assim, o valor moral dessas resoluções, a certeza de continuidade, em fôro apropriado, da discussão do assunto e, sobretudo, a unidade dos "75" em torno de uma plataforma comum em matéria de produtos primários são fatores positivos ponderáveis que autorizam uma avaliação qualificadamente otimista dos resultados da I Comissão.

O objetivo da II Comissão era o exame de medidas conducentes a uma expansão das exportações, por parte dos subdesenvolvidos, de suas manufaturas e semimanufaturas. Tratava-se de objetivo de alta prioridade, pois sua consecução representa *conditio sine que non* de nova divisão internacional de trabalho mais eqüitativa e racional, pela qual seja possível aos países em desenvolvimento acelerar, através da mudança de escala de produção, seu processo de industrialização, até hoje baseado, quase que exclusivamente, no processo de substituição de importações, e, ao mesmo tempo, obter novas fontes de divisas.

As medidas visando a êsse objetivo poderiam agrupar-se em seis itens: 1.º) adoção de políticas ativas de promoção de exportação de manufaturas e semimanufaturas, inclusive através de programas de aumento de eficiência e melhoria de qualidade, assim como de concessão de subsídios e de financiamentos para êsse fim; 2.º) criação de uma agência especializada das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial, para realizar em relação aos problemas da industrialização papel análogo ao empreendimento para a agricultura pela FAO; 3.º) eliminação de obstáculos tarifários e não-tarifários nos países industrializados, a fim de possibilitar o franco acesso a seus mercados dos produtos manufaturados e semimanufaturados exportados pelo terceiro mundo; 4.º) estabelecimento de um sistema de preferências gerais e não discriminatórias para êsses produtos, sem concessão de reciprocidade; 5.º) adoção, pelos países de economia centralmente planificada, de medidas de efeito equivalente às previstas nas alíneas 3.º e 4.º acima; 6.º) obtenção da simpatia e mesmo do apoio mundial para a criação e desenvolvimento de agrupamentos regionais de países em subdesenvolvimento.

Se a resistência dos industrializados às reivindicações dos "75" foi, como vimos, grande na I Comissão, ela ainda foi mais tenaz na II Comissão, embora se pudessem distinguir no mínimo três estratégias de obstrução à idéia de uma nova divisão internacional do trabalho. A posição mais flexível foi a do Reino Unido, o maior importador de produtos manufaturados de países subdesenvolvidos (sobretudo de têxteis das ex-colônias) que, embora timidamente, deu apoio à idéia de uma preferência geral, com a condição de que a regra fôsse realmente geral. A França opunha-se a qualquer compromisso, refugiando-se atrás da tese de organização de mercados, certamente a posição doutrinária mais fértil e mais estimulante apresentada à Conferência, mas, por enquanto, ainda insuficientemente formulada para servir de base para uma ação concreta ou mesmo para uma negociação prática, tanto mais que não contava nem mesmo com o apoio dos restantes membros da Comunidade Econômica Européia. E os Estados Unidos invocavam não só argumentos doutrinários, como até mesmo constitucionais, para contrapor-se a qualquer idéia de preferência geral e sem reciprocidade em favor dos subdesenvolvidos. Lideravam o grupo dos chamados liberais puristas, a que também pertenciam a Suíça e a Suécia, enquanto a Bélgica, através do chamado Plano BRASSEUR, capitaneava os ecléticos, que admitiam um sistema de preferências relativas concedidas a indústrias específicas de países determinados e por tempo limitado.

Tal como na I Comissão, os países de economia centralmente planificada desempenharam na II Comissão papel marginal, pois perseguiam objetivos próprios, dentre os quais ressaltam: 1.º assegurar a aplicação da cláusula de nação mais favorecida para seu comércio com os países industrializados de economia de mercado, e 2.º obter da comunidade internacional a aceitação de seus métodos de comércio. Só apoiaram mais decididamente as reivindicações dos subdesenvolvidos em ponto que, embora importante, não deixava de ser adjetivo: a criação de Agência Especializada das Nações Unidas para a Industrialização.

A criação dessa agência constituía velha aspiração dos subdesenvolvidos, pois a industrialização, fator decisivo no

processo de desenvolvimento, vem sendo negligenciada nas preocupações da comunidade internacional. Assim é que, mesmo depois de criado no Secretariado das Nações Unidas um centro de estudos para a industrialização, as despesas com os mesmos só atingem 800 mil dólares anuais, enquanto 40 milhões de dólares são aplicados anualmente através da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) ao estudo dos problemas agrícolas. Mas, mesmo diante da evidência desses números, a resolução sobre a matéria não contou com o apoio dos países ocidentais já industrializados, tendo sido aprovada contra o voto dos mesmos, o que lhe tirou a maior parte de seu possível efeito.

A III Comissão foi aquela que logrou melhor diálogo Norte-Sul (talvez porque fôsse a que tratava de problemas que menos atingiam situações de interesses criados ou direitos adquiridos) e da qual emergiu o maior número de Resoluções com o apoio unânime ou quase unânime de todos os participantes da Conferência. Quatro dessas resoluções merecem ênfase especial, não só porque representam significativo avanço do pensamento econômico até então dominante, como também porque podem vir a assumir importância prática considerável.

A primeira das mesmas encerra, por sua vez, quatro teses fundamentais: reconhece, inicialmente, que a taxa de 5 % de crescimento econômico global dos países subdesenvolvidos estabelecida pelas Nações Unidas para a "Década do Desenvolvimento" é insuficiente. Para se ter uma idéia da importância da matéria basta lembrar que 5 % também é a meta para os países da OECD, todos desenvolvidos. Assim, se mantidas as taxas anuais de crescimento demográfico registradas no período 1955-1960, respectivamente de 1.3 % para os países desenvolvidos de economia de mercado e 2.4 % para os países subdesenvolvidos, teríamos os primeiros crescendo a uma taxa anual *per capita* de 3,7 % e os segundos de 2,6 %. Isto significaria que a renda por habitante cresceria naqueles países em cerca de 51 dólares por ano e em apenas 3 dólares e 40 centavos nestes. Tal tendência levaria a uma decalagem relativa ainda muito maior do que a atual (em 1960, a mesma era de 11 vezes,

entre 1 400 dólares e 130 dólares) e a um hiato absoluto ainda mais dramático.

A segunda tese se refere à primeira tentativa a ser feita no plano mundial de quantificar os montantes de investimento e de comércio necessários ao formidável esforço para contra-restar aquela tendência negativa e de coordenar os programas setoriais (dos diversos organismos internacionais), nacionais e regionais para esse fim.

A terceira se dirige à iniludível necessidade de expansão da capacidade de importar dos países em desenvolvimento, resultante do somatório líquido dos movimentos de mercadorias invisíveis e capital, *levando em conta a evolução de preços*.

E a quarta contém um compromisso moral por parte dos países desenvolvidos de contribuir cada um com 1 % de seu produto nacional bruto para o esforço de desenvolvimento do terceiro mundo. Embora já existisse referência a esta percentagem na "Década do Desenvolvimento das Nações Unidas", a mesma se referia aos países desenvolvidos como um todo, e cada um podia até agora escusar-se, dizendo que considerava a sua contribuição ao esforço global como satisfatória, tendo em vista as condições peculiares de sua economia, balanço de pagamentos etc. Como ficou agora estabelecido, entretanto, por iniciativa da França, trata-se, realmente, da instituição de um impôsto sobre a renda nacional dos países desenvolvidos, cuja significação é enorme. E durante os debates, vários países, como o Japão e o Brasil, referiram-se à necessidade de esse impôsto evoluir para uma escala progressiva, dependente do grau de desenvolvimento, provavelmente a ser medido em termos de renda *per capita*.

É interessante notar que os países do bloco soviético, com exceção da Rumânia, se abstiveram de votar em favor desse compromisso moral por considerarem que não são responsáveis pelas iniquidades de distribuição da renda mundial, "fruto exclusivo do imperialismo e colonialismo", dos quais não se beneficiavam.

A segunda resolução básica da III Comissão diz respeito aos princípios, termos e condições do financiamento externo e mereceu, após longas negociações com o bloco so-

viético e ocidental desenvolvido, aceitação unânime. Também estes princípios representam significativo avanço no pensamento internacional sobre o assunto, e, embora se reconheça que todos não poderão desde já ser postos em prática, certamente deverão influenciar de agora em diante os passos concretos nesse terreno. Basta enumerar alguns desses princípios para aquilatar de sua importância. Eles estabelecem que a cooperação financeira externa: *a)* deve destinar-se de preferência a programas de desenvolvimento (setoriais, regionais, nacionais ou multinacionais) em vez de a projetos; *b)* deve ser fornecida com sentido de *continuidade*, a fim de permitir o planejamento de sua aplicação; *c)* não deve ser condicionada à compra, no país que concede a ajuda, dos bens e serviços financiados; *d)* deve de preferência ser realizada através de instituições internacionais ou regionais; *e)* deve adequar prazos de amortização e taxas de juros à capacidade de pagamento do país mutuário; *f)* deve levar em conta as necessidades de financiamento dos custos locais de projetos e programas.

A terceira resolução dirige-se à necessidade do reescalonamento ou consolidação da dívida externa acumulada dos países em desenvolvimento e prevê um incipiente mecanismo para esse fim. Visa a atender situações como as do Brasil, em que, à falta de tal medida, o serviço de dívida externa absorveria parcela insuportável da capacidade de pagar dos países em desenvolvimento.

A quarta resolução se refere ao problema criado pelas flutuações a curto e longo prazo da receita de exportação dos países em desenvolvimento, chegando a aflorar também, embora de maneira menos precisa, o problema da deterioração secular dos termos de intercâmbio. Em sua primeira parte, recomenda uma ampliação do sistema de compensação financeira já em vigor no Fundo Monetário Internacional; na segunda parte, proposta pelo Reino Unido com o apoio dos demais desenvolvidos ocidentais, prevê um sistema de repasse, do FMI para a Associação Internacional de Desenvolvimento, de créditos sacados para atender a quedas a curto prazo das receitas de exportação, quando os motivos que as provocaram continuem a persistir depois de certo período; e a terceira parte recomenda exame de esque-

ma mais ambicioso de compensação financeira, incluindo a correção da deterioração secular de termos de intercâmbio, sanável não mais por simples empréstimos, mas exigindo transferências financeiras diretas e não repagáveis.

Para poder apreciar o quanto representaria, sobretudo para a América Latina, um esquema efetivo de compensação financeira pela deterioração dos termos de intercâmbio, se comparado com os atuais níveis dos programas de ajuda e de investimento privado, basta referir o documento oficial da Conferência preparado pelo Secretariado das Nações Unidas E/CONF. 46/9, intitulado *Financing for an Expansion of International Trade*. Revela êsse estudo que a perda sofrida pela América Latina com a deterioração de seus termos de intercâmbio no período 1951-1962 foi da ordem de 12,3 bilhões de dólares, montante que ultrapassa a entrada líquida de capital privado e público durante o período. Acresce que o custo dêsse capital em termos de remessa de juros e dividendos foi, durante apenas uma parcela dêsse período, isto é, para os anos de 1956 a 1962, de 9,3 bilhões para a América Latina. Êsses dados ressaltam de forma nítida dos dois quadros a seguir, que revelam a situação da América Latina, comparada com a das demais áreas do terceiro mundo.

QUADRO I

Totais cumulativos 1951-1962

(bilhões de dólares)

	<i>América Latina</i>	<i>Extremo-Oriente</i>
1. Receitas de exportação	98,5	84,4
2. Poder de compra dessas exportações em termos de relação de 1950 entre preços de exportação e importação	110,8	88,3
3. Diferença resultante de mudanças relativas desde 1950 nos preços de exportação e importação	12,3	3,9
4. Influxo líquido estimado de capital a longo prazo e de doações públicas:		
a) Total	10,3	13,2
b) Fundos públicos	2,9	12,3

QUADRO II

Totais cumulativos 1956-1962

(bilhões de dólares)

	<i>Inflação total de capital e doações públicas</i>	<i>Juros e dividendos</i>
América Latina, total	9.5	— 9.3
África	10.0	— 0.6
Total, excluindo Venezuela	8.7	— 4.8
Ásia Ocidental, total	2.8	— 3.6
Total, excluindo Irã e Iraque ..	2.0	— 0.3
Extremo-Oriente	7.6	— 1.5
TOTAL	30.0	—15.1
Total com exclusão de Venezuela, Iraque e Irã	28.3	— 7.2

Outra resolução da III Comissão que poderá vir a assumir importância significativa é a que recomenda estudo autônomo dos problemas monetários dos países subdesenvolvidos, inclusive o problema de liquidez internacional. De fato, com a rejeição do Plano KEYNES em Bretton Woods, o sistema criado manteve demasiadas características de padrão-ouro e, portanto, não atende às necessidades dos países subdesenvolvidos, em favor dos quais seria conveniente não só utilizar as reservas internacionais não aplicadas, como também a possibilidade de criação de crédito, por analogia com o papel dos bancos centrais e na linha, talvez, dos planos TRIFFIN ou STAMP, ou do mais complexo de HART-KALDOR-TINBERGEN, em que o estoque de produtos de base serviria de lastro para nova moeda internacional.

Idéia que, surpreendentemente, não logrou êxito na Comissão foi a da criação de um organismo financeiro realmente universal nas Nações Unidas, que teria por tarefa canalizar para os países subdesenvolvidos, em forma de empréstimos ou doações para o desenvolvimento econômico, os recursos que seriam liberados pelo agora incipiente processo de desarmamento. Esta é velha aspiração dos países mais atrasados, em cuja defesa o Brasil se tem destacado, mas até hoje só foram conseguidas declarações vagas, sem valor prático. Levava o Brasil para Genebra a idéia de dar um passo concreto nesse sentido, mesmo que fôsse modesto, mas o desinteresse dos Estados Unidos e da União Soviética, que teriam inevitavelmente de ser os fornecedores de

fundos para a concretização do projeto, fez com que êle fracasse pela raiz.

Para se poder avaliar o que qualquer medida nesse sentido significaria como progresso na luta contra o subdesenvolvimento, basta referir o relatório a respeito do Secretário-Geral das Nações Unidas, que para o ano de 1959 estima as despesas militares em 120 bilhões de dólares, cifra que equivale a mais de quatro vezes a formação anual bruta de capital fixo de todos os países subdesenvolvidos (cerca de 28 bilhões de dólares) e a 20 vezes o fluxo líquido de capital público e privado para os mesmos países, que para o mesmo ano foi da ordem de 6 bilhões de dólares. (Se se deduzissem dessa importância os juros e outras formas de remuneração de capital, essa importância seria consideravelmente menor).

Se não se conseguiu, assim, na III Comissão nada de espetacular, nem compromissos rígidos de ajuda, não se deixou, entretanto, de avançar significativamente na formulação dos problemas de ajuda. As resoluções comentadas acima, se não são revolucionárias, não deixam de ser notáveis, considerando-se que os dois países que mais participam do esforço global de ajuda, isto é, os Estados Unidos, que contribuem para o mesmo com 53,2 %, e a França, cuja contribuição se eleva a 14,5 %, são hoje o cenário de ásperos debates, em que os programas de ajuda são sujeitos a uma onda de críticas, tanto por parte da opinião pública, quanto do Legislativo.

A IV Comissão foi, sem dúvida, a mais controvertida da Conferência, pois nela se discutiu o problema da institucionalização de um fóro para discussão dos problemas do comércio internacional dentro da perspectiva nova do desenvolvimento. Sabiam os países subdesenvolvidos que a Conferência de Genebra representava apenas um primeiro passo, significativo em teoria, mas modesto em seus resultados práticos, e que era por isso indispensável estabelecer-se um mecanismo permanente que fôsse o *locus* para a discussão ulterior da matéria.

Os países desenvolvidos ocidentais opuseram-se de início à idéia de qualquer novo órgão permanente com jurisdição sobre problemas de comércio e desenvolvimento. Seus

argumentos correspondiam às fórmulas típicas do pensamento conservador descritas por BENTHAM ou CORNFORD, de tal modo que suas referências ao novo mecanismo proposto nada diferiam dos exemplos da mente conservadora apresentados por aqueles autores: *the machinery for effecting the proposed objects already exists*" e *"it is far better that all reform should come from within"*.²

Mesmo os integrantes do bloco soviético, que na fase convocatória da Conferência se tinham mostrado defensores ferrenhos de uma nova Organização e adversários agressivos do GATT, tomaram uma posição menos combativa, pois vários dentre eles, como a Polônia, Tchéco-Eslováquia e Romênia, passaram a interessar-se por sua participação no GATT, a fim de beneficiar-se da cláusula da nação mais favorecida.

Vencida a resistência inicial dos principais países ocidentais quanto ao estabelecimento de um mecanismo permanente, a batalha transferiu-se para dois outros campos, os termos de referência para o novo órgão permanente e sua estrutura de votos. Quanto aos termos de referência, — problema que não ficou definitivamente resolvido em Genebra —, esses países insistiam em que os mesmos deveriam abranger apenas problemas de comércio, sobretudo de produtos de base. Se aceita esta tese, estar-se-ia tão-somente transferindo para novo fóro as atribuições que hoje cabem à Comissão Internacional de Produtos de Base da UNO. Os "75", por sua vez, pretendiam que o novo mecanismo permanente deveria ter escopo muito mais amplo, englobando entre outros os seguintes problemas: a) produtos de base, b) aspectos comerciais da navegação marítima (inclusive conferência de frete), c) coordenação dos organismos financeiros internacionais, inclusive aspectos monetários da economia mundial (especialmente o problema da liquidez internacional), d) exportação de manufaturas e semimanufaturas, e) estabelecimento de metas de crescimento econômico, f) quantificação das necessidades de comércio e investimento e das disponibilidades para atendê-las, e g) coordenação dos planos de desenvolvimento.

² F. M. CORNFORD, *Microcosmographia Acadêmica*.

Quanto ao processo de tomada de decisões, os países subdesenvolvidos batalhavam pela manutenção da estrutura da Conferência, na qual contavam com ampla margem de maioria, enquanto os países desenvolvidos insistiam em criar sistema de maioria qualificada, que virtualmente lhes assegurasse o poder de veto como bloco. Em torno dessas duas posições extremas desenvolveu-se difícil, penosa e às vezes mesmo áspera negociação. Os subdesenvolvidos logo reconheceram que um sistema de tomada de decisões contra a vontade daqueles que, por necessidade, teriam de ser seus principais implementadores, seria pouco realista. Por outro lado, opunham-se, frontalmente, a reconhecer aos desenvolvidos qualquer direito de veto.

O resultado dessas gestões foi uma solução conciliatória, em que os "75" (hoje 77) aceitaram uma maioria de dois terços para as decisões nas próximas Conferências, enquanto que o Conselho permanece de 55 membros contaria com uma representação relativamente forte dos desenvolvidos de economia de mercado (18), com 22 lugares para os afro-asiáticos subdesenvolvidos, 9 para a América Latina e 6 para o bloco socialista, mas tomaria decisões por maioria simples. Estas, entretanto, deverão ser precedidas sempre de um processo de conciliação cujo mecanismo ainda é objeto de discussão por um Comitê especial atualmente reunido em Nova York.

A V Comissão estudou os problemas de regionalização do comércio e os princípios gerais para o comércio internacional, tendo adotado longa lista de 27 princípios de difícil avaliação nos limites deste artigo.

CONCLUSÃO

Embora os resultados materiais e tangíveis da Conferência, como acabamos de ver, não fôssem espetaculares, seu saldo foi, entretanto, positivo, tendo-se em vista os seguintes aspectos: 1.º a preparação de ampla documentação, na maior parte da melhor qualidade, que analisa por um novo ângulo, rico de possibilidades, os problemas interligados de comércio e desenvolvimento; 2.º a aprovação de algumas resoluções substantivas importantes, como as acima men-

cionadas, aprovadas pela III Comissão; 3.º a criação de um fóro permanente, em que poderão prosseguir o estudo e o debate dos assuntos apenas afluídos em Genebra; 4.º a tomada de consciência do primado do desenvolvimento como objetivo a que o comércio deve servir de instrumento, e 5.º finalmente, a unidade de todos os países subdesenvolvidos em torno de um programa comum.

Como bem nota o *Economist*, o simples mito dessa unidade aumentará de muito o poder de barganha do Grupo em tôdas as futuras negociações e se constituiu em fenómeno sem precedentes. De fato, enquanto o antigo bloco chamado de neutralista ou não alinhado ainda se definia por uma relação com o conflito Leste-Oeste, embora o fôsse justamente por uma relação negativa de neutralidade perante o mesmo, os "75" têm interesses próprios, objetivos comuns e bandeira autônoma. E estão bem conscientes do valor e da força dessa unidade e tudo farão para preservá-la. É o que afirmam na declaração conjunta que fizeram ao final da Conferência:

"Os países em desenvolvimento consideram a sua própria unidade, a unidade dos "75", como o aspecto principal da Conferência. Esta unidade resultou do fato de que, enfrentando os problemas básicos do desenvolvimento, eles têm um interesse comum em uma nova política para o comércio internacional e o desenvolvimento. Eles acreditam que foi esta unidade que deu clareza e coerência às discussões desta Conferência. A sua solidariedade foi testada no curso da Conferência e dela surgiu uma ainda maior unidade e força.

"Os países em desenvolvimento têm uma forte convicção que é de vital necessidade manter e fortificar ainda mais esta unidade para os anos a vir. Ela é um instrumento indispensável para assegurar a adoção de novas atitudes e novas concepções no campo econômico internacional".

Como observou um dos Delegados da Santa Sé, o PE. J. Y. CALVEZ S. J., ao comentar os resultados da Conferência, "entre países desenvolvidos e países em via de desenvolvimento, as relações são hoje análogas àquelas que, na indústria, colocam em confronto o grupo de empregadores

e os sindicatos: os progressos só se realizam em negociações paritárias".

A Conferência de Comércio e Desenvolvimento, das Nações Unidas, representou, destarte, passo histórico no processo de tomada de consciência, por parte dos países sub-desenvolvidos, de seus interesses comuns e da força que lhe empresta a sua unidade na luta pelo reconhecimento do primado do desenvolvimento, como objetivo final, e da justiça, como princípio ordenador das relações econômicas entre os povos.

M. S. Lino Cia. Ltda.



FUNDIÇÃO

MECÂNICA PESADA

CALDEIRARIA



RUA SACADURA CABRAL, 152/156